DIREITO À EDUCAÇÃO EM UNIDADES DE INTERNAÇÃO: UMA REALIDADE (IM)POSSIVEL?

Washington Luis de Andrade Cardoso Jr (UFBA) – xitaodabahia@gmail.com

Gilvanice Barbosa da Silva Musial (UFBA) – gilvanicemusial@gmail.com

Vanderlei Rocha Lima (UFBA) - lima.vander@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente texto representa um recorte do levantamento bibliográfico inicial que ampara uma tese de doutorado em andamento vinculada a um programa de Pós-graduação em Educação, que propõe analisar o Direito à Educação nas Unidades de Internação gerenciadas pela FUNDAC/BA.

As reflexões acerca do acúmulo teórico das produções relacionadas ao Direito à Educação de crianças e jovens tutelados em Unidades de Internação está sendo aprofundado como um dos objetivos específicos da tese sob a proposta de um Estado do Conhecimento nos termos definidos por Romanovski e Ens (2006, p. 39). Este trabalho é inspirado em uma abordagem dos Direitos Humanos como objeto de estudo, não como categorias analíticas a priori (MOYN, 2010; POSSAS, 2016), descartando o uso de dispositivos legais como marcos teóricos.

Essa iniciativa é parte de um esforço coletivo articulado nos trabalhos do Grupo EJAPOD vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da FAGED/UFBA, cujo objetivo é mapear os pressupostos teóricos das produções no Campo da Educação de Jovens e Adultos.

DESENVOLVIMENTO

Ao assumir a proposta de usar como espaço de intervenção uma realidade em que atuamos profissionalmente, denotamos os contornos claros de uma pesquisa militante (BRANDÃO, 2016). O envolvimento com o tema, apesar de ser parte indissociável do processo da pesquisa, contudo, não isenta o pesquisador de estabelecer uma proximidade crítica com rigor científico e compromisso ético com o tema proposto.

Em um levantamento dos trabalhos apresentados entre a 23ª e a 37ª reunião da ANPED, entre os anos 2000 e 2015, acerca da educação para privados de liberdade, Elionaldo Fernandes Julião (2017) identifica 15: 11 apresentações orais, 3 posters e 1 sessão especial. As produções distribuídas – nos GT 3, GT 6 e GT 18 – entre a questão prisional (7 trabalhos) e oito sobre o sistema socioeducativo.

A descrição de Julião (2017) dos trabalhos apresentados nas reuniões da ANPED ao passo que demarca uma amplitude de temáticas relacionadas aos sistemas socioeducativos, deixa claro a ausência de pesquisas cuja centralidade seja(m) a(s) política(s) para a(s) juventude(s) nos espaços de privação de liberdade, em especial nas Unidades de Internação.

Gontijo (2019) adiciona que a partir de uma ampla revisão da literatura de artigos publicados entre 1990 e 2016 relacionados às medidas socioeducativas de privação de liberdade, identificou-se que a maior parte dos pesquisadores/as tem uma vinculação institucional com os Sistemas Estaduais de Atendimento Socioeducativo, respondendo pelas Unidades de Internação. Outro elemento também observado por esse autor foi o aumento no número de publicações a partir do ano de 2010. Tendo como hipótese a relação de causa e efeito com a resolução 119/2006 que sintetiza o SINASE.

Nesse ponto é importante ressaltar que os limites presentes no ECA e os entraves para a materialização das garantias da nossa ordem constitucional não é incompatível com a defesa do marco legal. É evidente que a luta em defesa dos direitos humanos passa, necessariamente, pelo aprimoramento dos espaços de formulação e execução de políticas públicas para as pessoas tutelados pelo Estado.

ESTADO DO CONHECIMENTO: UM OLHAR SOBRE AS TESES DE DOUTORADO

A sistematização de um Estado da Arte e/ou Estado do Conhecimento sobre o Direito à Educação em espaços de atendimento socioeducativo de internação tem como premissa duas assertivas fundamentais: a incompletude institucional inscrita ECA; e a descrição normativa do duplo papel das medidas socioeducativas: ressocializadora e sancionatória.

Conduzimos a busca no Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos Abertos, articulada na convergência de duas estratégias de levantamento de produções no dia 01 de agosto de 2023 às 20h10. Como primeira iniciativa utilizamos três indicadores

que articulavam nossa proposta de pesquisa de doutoramento a produção acadêmica de artigos durante o período de 1990 e 2023, sendo: I) Atendimento Socioeducativo de Internação; II) Educação; e III) Direito à Educação.

Da amostra inicial, identificou-se 28 teses de doutorado. Como primeiro passo para definir a amostra de trabalhos analisados foi feito a identificação pelos títulos e resumos, a seguir, quais produções tinham relação com temáticas correlatas ao nosso objeto. Desse modo foram identificadas 8 teses relacionadas a escolarização nas Unidades de Atendimento Socioeducativo de Internação. Na segunda consulta – por meio dos indicadores “Cidadania” e “Unidades de Internação” – foi possível mapear um maior número de pesquisas vinculadas ao conjunto das Ciências Humanas, incluindo programas de pós-graduação de perfil multidisciplinar.

Ao realizar a conferência das 8 teses de doutorado identificadas no primeiro levantamento e mais 3 no segundo, foi possível elencar 7 teses que desenvolveram pesquisas próximas ao nosso escopo de análise conforme quadro 1:

Quadro 1 - Teses de doutorado com aproximação ao objeto de estudo

TÍTULO	AUTOR	ORIENTADOR(A)
O adolescente em conflito com a lei: política socioeducativa de direitos Ano: 2010	Eliana Silvestre. (UNESP-SP)	Augusto Caccia Bava Junior.
Liberdade assistida: punição e cidadania na cidade de São Paulo. Ano: 2011	Liana de Paula. (USP-SP)	Maria Helena Oliva Augusto.
A nova face do menorismo: o extermínio da condição de sujeito de direitos dos adolescentes e jovens em medida socioeducativa de internação no Distrito Federal. Ano: 2015	Marlúcia Ferreira do Carmo. (UNB-DF)	Maria Lúcia Pinto Leal
A Garantia do Direito à Educação para adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Ano: 2019	Karla Crístian da Silva (UFPE-PE)	Alice Miriam Happ Botler
Denúncias e anúncios: possibilidades escolares no contexto da socioeducação. ANO: 2020	Aline Neves Vieira de Santana. (UFG/GO)	Marilda Shuvartz - Dijaci David de Oliveira
Da Privação da Liberdade à Privação do Direito à Educação: a política de	Liana Correia de Roquete	Maria Abádia da Silva

escolarização na medida socioeducativa de internação no DF. ANO: 2021	Albuquerque. (UNB-DF)	
Significados das práticas educativas no Centro Socioeducativo de Internação Feminina de Manaus/AM: a perspectiva das meninas. Ano: 2022	Edla Cristina Rodrigues Caldas (UFSCAR/SC)	Elenice Maria Cammarosano Onofre

Elaboração: Os autores (2024).

CONCLUSÕES

Apesar da Constituição de 1988 inaugurar um marco institucional das crianças e adolescentes anunciadas como “sujeitos de direitos” a crítica da abordagem celebrativa da legislação é um caminho incontornável para a compreensão das disputas para a materialização do marco legal.

A esse respeito é evidente o aumento das produções relacionadas a educação de pessoas tuteladas em Unidades de Internação a partir da instituição do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), ao passo que o conflito entre as premissas de garantia de direitos das infância(s) e juventude(s) inscrita(s) na legislação e a realidade das Unidades de Internação é um elemento que ajuda a explicar a pouca incidência de temas relacionados ao Direito à Educação.

REFERENCIAS

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. A pesquisa participante e a participação da pesquisa. Um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (orgs.). **Pesquisa Participante**. O saber da Partilha. 2. ed. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

GONTIJO, Daniella Ribeiro et al. Medidas socioeducativas de privação de liberdade no Brasil: uma revisão sistemática de literatura. 2019. anais, Curitiba, v. 6, n. 6, p. 37–50, 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/24176/22872>. Acesso em: 29 de setembro de 2023.

JULIÃO, E. F. Educação para jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade no Brasil: Questões teóricas, políticas e pedagógicas. **Trabalho & Educação** | Belo Horizonte | v.26 | n.1 | p. 117-133 | jan-abr | 2017.

MOYN, Samuel. *The Last Utopia*. Cambridge, USA: The Belknap Press of Harvard University Press, 2010.

POSSAS, Mariana Thorstensen. (2016), Da sociologia com os direitos humanos para a sociologia dos direitos humanos. In: BARREIRA, César; PAIVA, Luiz F. S.; RUSSO, Maurício B. (Orgs.). *Violência, territorialidades e negociações*. Campinas: Pontes, p. 45-65.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”. Diálogos Educaci JULIÃO, E. F. Educação para jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade no Brasil: Questões teóricas, políticas e pedagógicas. **Trabalho & Educação** | Belo Horizonte | v.26 | n.1 | p. 117-133 | jan-abr | 2017.